

## **Trabalhadores contra a carestia de vida: apontamentos sobre a historiografia dedicada aos estudos dos movimentos sociais de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro**

Kaio César Goulart<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende analisar o tratamento dado por parte da historiografia do movimento operário no Brasil aos movimentos sociais contra a carestia de vida, conduzidos por trabalhadores urbanos nos anos de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro. As lutas contra a carestia foram caracterizadas pela organização de comícios públicos de protesto, voltados contra o elevado custo de vida, e, fundamentalmente, contra o aumento abusivo dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Apresentaremos alguns trabalhos produzidos por historiadores (as) que se dedicaram, mesmo que de modo indireto, ao entendimento das manifestações sociais contra a carestia.

**Palavras-chave:** Historiografia; Carestia de Vida; Movimento Operário; Primeira República.

**Abstract:** This article analyzes the treatment given by the historiography of the labor movement in Brazil to social movements against the cost of living, driven by urban workers in the years 1913 and 1917 in the city of Rio de Janeiro. Struggles against famine were characterized by organizing public rallies of protest directed against the high cost of living, and, above all, against unfair rise in prices of food staples. Present some works produced by historians (as) who have dedicated themselves, even if indirectly, to the understanding of social demonstrations against famine.

**Keywords:** Historiography; Cost of Living; Labor Movement; First Republic.

Na segunda década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro abrigava algo que não era de modo algum novo, mas que adquirira força no decorrer das lutas, avanços e recuos de sua trajetória: o movimento operário. Como observou o historiador Eric Hobsbawm, o Estado e o patronato, em determinados momentos da história, passam a lidar, no âmbito dos movimentos sociais, não mais com um grupo de camponeses ou operários desorganizados ou simplesmente homogeneizados na massa popular. De acordo com a historicidade de cada processo de modernização industrial, aqueles sujeitos, que têm em comum o fato de serem trabalhadores, a partir da dinâmica da luta de classes, passam a se ver como uma classe social, que se constrói nos enfrentamentos coletivos, que age, portanto, no campo de batalha de maneira muito mais consciente e organizada, a partir do movimento operário (HOBSBAWM, 1977, p. 236-237). É sobre a historiografia do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, e, especialmente, sobre as análises disponíveis sobre os movimentos sociais contra a carestia de vida, que este artigo pretende discorrer.

Inicialmente, observamos alguns aspectos mais gerais relacionados aos estudos do movimento operário, que, sem dúvida, são relevantes para a melhor compreensão das lutas contra a carestia, conduzidas por trabalhadores urbanos na Capital Federal, nos anos de 1913 e 1917. O sociólogo José Albertino Rodrigues, na conjuntura pós Golpe de 1964, destacava que “os poucos estudos referentes à história do trabalho se resumem justamente no trabalho escravo,

presididos por uma preocupação de exotismo e de benevolência para com algo que nos seria estranho e distante” (RODRIGUES, 1968, p. 3-4). Considerando essa afirmação de J. A. Rodrigues, pode-se dizer que, além disso, havia certa dificuldade de ordem metodológica em tais estudos, uma vez que ocorria “uma grande preferência pelos temas coloniais ou imperiais, enquanto a fase republicana, por ser mais próxima, tem sido submetida ou apenas tem assinalados os seus eventos político-institucionais”.

Para J. A. Rodrigues, o movimento sindical no Brasil foi reduzidamente caracterizado durante algum tempo como antes e depois de 1930. “A revolução de outubro de 1930 seria, sobretudo no setor das relações trabalhistas, o grande momento que inaugura uma nova era”. Neste sentido, o sociólogo observou que “a ênfase nessa data peca, de um lado, por subjetivismo outubrista, e, por outro lado, por um simplismo ou mesmo falta de conhecimento da realidade social da Primeira República” (idem, p. 4).

Assim, ao questionar a tese da “revolução de 1930” como um evento determinante da história do movimento operário brasileiro, J. A. Rodrigues formula seus próprios marcos para o movimento sindical. Inicialmente, haveria o período mutualista (antes de 1888); seguido pelos períodos de resistência (1888-1919); ajustamento (1919-1934); controle (1934-1945) e competitivo (1945-1964) (idem, p. 6).

O período de resistência (1888-1919) seria marcado pela “existência de grande número de organizações intituladas União de Resistência, Associação de Resistência, Liga de Resistência e Sindicato de Resistência”. Além disso, essas associações eram típicas de “um período de grande efervescência e agitação social, caracterizado justamente por um esforço para resistir ao capitalismo emergente no Brasil” (idem, p. 8).

Coube, neste sentido, aos libertários formarem “o grupo mais ativo e aguerrido, conduzindo o movimento operário com obstinação e bravura, justamente numa época em que a violência policial foi das mais fortes”. Para J. A. Rodrigues, “à frente das manifestações, se encontravam os anarquistas, doutrinando, mobilizando e organizando não apenas em função do problema imediato, mas visando soluções de longo alcance que implicavam verdadeira revolução social” (idem, p. 10).

Esta interpretação, de matriz sociológica, contribuiu para a compreensão do movimento operário brasileiro ao criar uma síntese explicativa coerente - como a formulação de uma periodização do movimento sindical -, que versava sobre as lutas operárias e as ideologias em disputa (BATALHA, 1998, p. 148). No entanto, existem outros trabalhos acerca dessa temática, e, principalmente, discussões à respeito dos movimentos sociais contra a carestia de vida.

O sociólogo Luiz Werneck Vianna, numa obra dedicada a criticar a “ideologia da outorga” da legislação trabalhista, caracterizou de “liberal oligárquico” o período histórico entre os anos de 1891 a 1919 no Brasil (VIANNA, 1978). Tal definição se devia ao fato de que os grupos dominantes que ocuparam o Estado, a partir de 1889, aderiram ao primado liberal de não intervenção do aparelho de Estado no controle do mercado de trabalho. Tal escolha, que favoreceria os setores agroexportadores (como os cafeicultores de São Paulo), deixou a classe operária bra-

sileira isolada no mercado, e, por conseguinte, sem poder contar com leis trabalhistas a seu favor (idem, p. 49). Em decorrência desse fato, L. W. Vianna observou que os trabalhadores iriam “‘legislar’ em proveito próprio no terreno concreto das lutas sociais, tentando arrancar no mercado o que entendiam como seu direito” (idem, p. 49), mesmo havendo iniciativas parlamentares como as de Moraes Barros, Maurício de Lacerda e Medeiros de Albuquerque - o último que, em 1904, apresentou um projeto que visava amparar o trabalhador acidentado no trabalho (idem, p. 50). Assim, L. W. Vianna afirmou que o movimento operário, na Primeira República, reivindicou a conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias, aumento salarial, melhores condições de trabalho e o reconhecimento dos sindicatos por parte das empresas. Além disso, todos os movimentos teriam sido, em maior ou menor grau, de natureza espontânea, e dirigidos com certa frequência por militantes anarquistas (idem, p. 54).

O historiador Boris Fausto, por sua vez, opina ter ocorrido uma hegemonia da corrente ideológica anarquista na organização das lutas do operariado na Primeira República (FAUSTO, 1976, p. 67). Para este historiador, a política oligárquica brasileira, de natureza autoritária e excludente, teria favorecido a introdução das ideias libertárias no meio operário brasileiro. Isto porque os imigrantes europeus, em busca de ascensão social no Brasil, se frustraram com as condições de trabalho encontradas, e decidiram pela adesão ao anarquismo, uma ideologia que continha o componente da utopia da redenção social coletiva (idem, p. 69-70). De acordo com B. Fausto, no ano de 1912, em São Paulo, os trabalhadores protestaram contra a carência de vida, em decorrência do “agravamento das condições de existência, em um período de expansão econômica” (idem, p. 151). Reconhecendo um caráter estritamente espontâneo nas manifestações de 1912, B. Fausto observa: “organizatoriamente, dentre os três movimentos anteriores a 1917 [...] é o que mais se aproxima de um caso limite de espontaneidade” (idem, p. 152). Mais adiante, o historiador exemplifica: “o desenvolvimento da greve na Mariângela [em 1912] parece típica das paralisações mais espontâneas do período. Ela é antecedida de um encontro entre uma comissão de operários e a gerência da empresa” (idem, p. 152).

Tratando do contexto em que o Congresso Federal estudava um projeto de lei que regulamentaria a expulsão de estrangeiros envolvidos em movimentos sociais no Brasil, o historiador brasilianista John Foster Dulles destacou que foi realizado no Centro Galego, no Rio de Janeiro, em abril de 1906, o 1º Congresso Operário Brasileiro, agrupando quarenta delegados, que representavam, em sua maioria, associações dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nesse Congresso, prevaleceu a adoção da *ação direta* como método de enfrentamento dos trabalhadores, em suma, greves, boicotes e sabotagens, feitos de maneira a pressionar os empregadores e o Estado a reconhecer legalmente, sobretudo, a jornada de trabalho de oito horas diárias (DULLES, 1977, p. 27).

No Congresso foi aprovada ainda a formação da Confederação Operária Brasileira (COB) - entidade federativa que buscava defender, em nível nacional, os interesses dos trabalhadores, criada, no entanto, somente em 1908, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1908 e 1909, o jornal *A Voz do Trabalhador*, vinculado à COB, promoveu comícios de protesto

contra uma possível guerra entre o Brasil e a Argentina. Além disso, divulgou manifestações de repúdio à execução do educador anarquista espanhol Francisco Ferrer (idem, p. 30).

Após um período de três anos desativado, em 1913, *A Voz do Trabalhador* retomou sua produção, divulgando seu vigésimo primeiro número, com três mil exemplares, juntamente com a COB reconstituída e a proposta de realização do 2º Congresso Operário Brasileiro no segundo semestre. Sobre isso, J. F. Dulles destaca:

Antes de se dedicarem integralmente à realização do anunciado congresso, os líderes trabalhistas cariocas resolveram marcar o ano de 1913 como um ano voltado para os comícios de protesto. A carestia de vida foi o tema de 15 comícios realizados no Rio de Janeiro sob o patrocínio da COB. Para baixar o preço dos gêneros alimentícios, o Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, tinha proposto a criação de feiras livres e a eliminação dos atravessadores – um plano que os comerciantes denunciaram como subversivo, anarquista, socialista e prejudicial ao comércio. Os líderes anarquistas, por sua vez, preveniram os operários contra a ‘vasta propaganda do cooperativismo’ lançada pelo governo federal, com o fim de desviar os operários dos métodos encaminhados para a ação direta. A COB e a Federação Operária do Rio de Janeiro, conjuntamente com o órgão *A Voz do Trabalhador*, promoveram campanhas de protesto contra as prisões e expulsões dos que encabeçaram a greve nas docas de Santos, além de se manifestarem contra a nova legislação relativa aos trabalhadores nascidos fora do país. Em janeiro de 1913, o Presidente Hermes da Fonseca revogou a proteção dispensada pelo decreto de expulsão dos estrangeiros (1907) aos casados com brasileiras, aos viúvos com filhos brasileiros e aos que residissem no território nacional por mais de dois anos ininterruptos (idem, p. 33).

A partir dessa afirmação de J. F. Dulles, percebemos que há interpretações distintas sobre o movimento contra a carestia de 1913. A proposta de criação das *feiras livres* – que tornariam os alimentos mais acessíveis aos trabalhadores -, é um exemplo disso. De maneira diferente a pensada pelo J. F. Dulles, para Edgar Rodrigues, memorialista do anarquismo no Brasil, a proposta de criação das *feiras livres* partiu dos anarquistas, insatisfeitos com as sopas populares oferecidas pelo Estado (RODRIGUES, 1972, p. 132)

J. F. Dulles também ressaltou que a continuidade da Primeira Guerra Mundial estimulou a procura de matérias primas e de gêneros alimentícios, que fizeram os preços subirem novamente em 1915, 1916 e 1917. Mais precisamente, “artigos de primeira necessidade tendiam a custar de 20 a 150 por cento mais caros do que no ano precedente” (idem, p. 47). Assim, as lutas contra a carestia também foram expressivas em 1917. De modo que:

No dia 12 de junho, Maurício de Lacerda apresentou um projeto de lei visando à criação de um Departamento do Trabalho, que ‘atenda as questões proletárias’. Mas, a essa altura, nenhum assunto podia esperar por projeto de lei: a carestia de vida, terrível para os trabalhadores em maio de 1917, tornou-se insuportável no mês de junho (idem, p. 49).

Considerando essa discussão, a historiadora Angela de Castro Gomes destaca haver dois momentos distintos na atuação da corrente ideológica anarquista no movimento operário da cidade do Rio de Janeiro, durante a Primeira República. Entre os anos de 1907 e 1915, portanto, vê-se claramente que os anarquistas “organizaram numerosas campanhas de ampla repercussão

na cidade, e de outro lutavam arduamente para lançar sua influência nas associações operárias já existentes ou para criar novas associações e bases sindicais” (GOMES, 1988, p. 127). Esse quadro muda a partir de 1917, quando o número de greves aumenta, “e a ocorrência de campanhas com um temário semelhante ao do momento anterior decai”. Além disso, “crescia a órbita de influência dos anarquistas junto às organizações de trabalhadores, o que se revelava pelo número de sindicatos criados a partir de 1917 e também pela transformação de antigas associações e uniões em sindicatos” (idem, p. 127).

Neste sentido, notamos que, para A. G. Gomes, o contexto de 1907 a 1915 foi caracterizado, especialmente, pelas atividades de protesto e propaganda (como os movimentos contra a lei de expulsão de estrangeiros e contra a carestia de vida), interessadas na adesão dos trabalhadores urbanos aos sindicatos de resistência (idem, p. 130). Para a historiadora, no ano de 1917, a campanha dos anarquistas

[...] Agitou inicialmente a bandeira do combate à carestia, e através dela foi desenvolvendo o tema da situação crítica do operariado submetido à opressão econômica e política da sociedade atual. A necessidade de organização e luta decorria daí, assim o tipo de reivindicação a ser encaminhada: a jornada de oito horas de trabalho, a abolição do trabalho infantil e a proteção ao trabalho da mulher, melhores condições de higiene nos locais de trabalho, responsabilização do patronato pelos acidentes de trabalho, diminuição dos aluguéis e do preço dos gêneros de primeira necessidade, escolas racionalistas, etc (idem, p.132).

O historiador Claudio Batalha observa que, no campo da luta sindical, durante as duas primeiras décadas do século XX, houve duas práticas concorrentes no Brasil: o sindicalismo revolucionário, de *ação direta*, e o sindicalismo reformista, menos interessado em greves (BATALHA, 2000, p. 28).

Em meio a múltiplas correntes ideológicas como o socialismo, o positivismo e o cooperativismo (BATALHA, 2000, p. 21-26), o sindicalismo reformista, ou “amarelo”, interessava-se por: 1) a adoção da greve como último recurso; 2) a tentativa de consolidar conquistas trabalhistas através de medidas legais; 3) o apelo a serviços intermediários na defesa dos interesses de classe (advogados políticos, representantes dos poderes públicos); 4) a defesa de sindicatos fortes e ricos – “recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos”; 5) a tentativa de conquistar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios em eleições parlamentares ou apoiando candidatos comprometidos em defender interesses dos trabalhadores (BATALHA, 1990, p. 120).

A tendência mais influente no meio operário, por suas diversas organizações e iniciativas de luta social e propaganda, sem dúvida, foi a sindicalista revolucionária (BATALHA, 2000, p. 31). Como exemplo – e, para não citarmos apenas as greves –, temos o movimento contra a carestia, em 1913, que também foi organizado por operários socialistas e reformistas. De acordo com C. Batalha, “no Rio de Janeiro, a partir de 1913, ocorreram nada menos do que três campanhas paralelas contra a carestia – mais um reflexo das desavenças no movimento operário” (idem, p. 47).

C. Batalha destaca que, nas greves de 1902-1903, 1906-1907, 1917-1919, e também no movimento contra a carestia de vida de 1913, um número expressivo de trabalhadores urbanos, não restrito aos operários qualificados membros de sociedades operárias, envolveu-se em ações conjuntas, em que houve avanços e recuos, conquistas e derrotas, sobrepondo os interesses individuais e corporativos pelos coletivos. Especialmente neste aspecto, para C. Batalha, pode-se falar de formação da classe operária, ao expor sua realidade histórica, que não foi o simples resultado do desenvolvimento industrial ou da abolição da escravidão, mas de ações coletivas que afirmaram um caráter de classe (BATALHA, 2006, p. 172-173).

Discorrendo acerca das condições de vida do operariado da Capital Federal, a historiadora Eulália Lobo observou que os salários dos operários, em geral, aumentaram somente após a greve geral de 1917, apesar da forte alta dos preços dos gêneros alimentícios, e da crise habitacional, em decorrência do declínio da construção civil durante a Primeira Guerra Mundial. As manifestações operárias, como as greves, ocorreram no auge do aumento da produção industrial (LOBO; STOTZ 1985, p. 64-65).

Nesse contexto econômico marcado pelo aumento do custo de vida, manifestações sociais pressionaram o Estado e o patronato a rever aspectos que tinham relação direta com as condições de vida dos trabalhadores urbanos. A conjuntura de carestia de vida no ano de 1913 foi caracterizada pelo seguinte: 1) os baixos salários pagos ao operariado da cidade do Rio de Janeiro; 2) a “crise de moradia”, que impulsionou os trabalhadores residentes nos cortiços destruídos a buscarem residência nos subúrbios, favelas, e em habitações de aluguel muito caras, além das vilas operárias com rígida disciplina imposta pelos proprietários das fábricas; (LOBO; CARVALHO; STANLEY, 1989, p. 91-92); 3) o aumento abusivo dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, resultante dos impostos cobrados sob os alimentos, e da formação de *trusts*, favorecida pelo regime aduaneiro protecionista.

Em 1913, por exemplo, um operário da seção das máquinas, com um índice de salário médio de 109.1700, devia destinar nada menos que 80.4902 para a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade (LOBO, 1978, p. 764). Um operário tanoeiro, neste mesmo ano, recebia como salário o índice de 127.9996, e orientava à compra de alimentos 80.4902 (idem, p. 766). O custo de vida na Capital Federal não se equilibrava com o valor médio dos salários do operariado carioca, mesmo tendo em vista as variações de ofício e local de trabalho. Para um operário de empacotamento, que recebia o índice de 91.9010, grande parte desse valor deveria ser destinado à alimentação e ao aluguel, em 1913, respectivamente, as despesas de uma família de sete pessoas tinha como prioridade: 1) a alimentação; 2) o aluguel; 3) combustível e luz; 4) criados; 5) vestuário; 6) móveis e utensílios de cama e mesa (LOBO; CARVALHO; STANLEY, 1989, p. 902).

A partir desses dados, E. Lobo observa que a sucessão de práticas prejudiciais às condições de vida dos operários iniciadas na primeira década do século XX, e continuadas nos anos 1910, como as reformas urbanas, os salários insuficientes para o custeio da vida e o aumento abusivo dos preços dos alimentos, provavelmente poderiam provocar mudanças nas atitudes



dos trabalhadores urbanos (LOBO, 1978, p. 504).

É nesse sentido que se desenvolve a interpretação do historiador Carlos Fico (FICO, 1989). Com a intenção de analisar a formação da consciência de classe, a partir de manifestações sociais entre 1890 a 1945, na cidade do Rio de Janeiro, o historiador destaca que uma das características essenciais do movimento contra a carestia foi a presença de um grande número de associações e sindicatos de classe, um marca da dimensão organizativa do movimento (idem, p. 138-139). C. Fico também observa que comícios contra a carestia contaram com a presença predominante de operários, ainda que a classe média urbana também participasse (idem, p. 140).

Para o historiador, os comícios de 1913 protestaram com destaque contra os impostos e os problemas de abastecimento. De modo que, somente em 1917, quando houve uma nova onda de protestos contra a carestia, as lideranças passariam a discutir a partir desta questão “problemas mais gerais, politizando, assim, o assunto”. Somente em 1917, portanto, com a politização mais elevada do movimento contra a carestia, teria sido o momento de “canalizar a insatisfação das ‘massas’ no sentido da organização sindical” (idem, p. 147).

Sem dúvida, os estudos sobre a formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro fornecem elementos historiográficos para uma melhor compreensão do objeto de discussão deste artigo. E uma interpretação importante a ser considerada neste sentido é a que resultou da ampla pesquisa realizada pelo historiador Marcelo Badaró Mattos sobre as experiências comuns de escravizados, libertos e livres no Brasil durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Isto porque este historiador ressalta que o processo de formação da classe trabalhadora carioca foi marcado por experiências de exploração, trabalho, organização e movimentos sociais compartilhadas por escravos, ex-escravos e “livres”. Havendo, além disso, paralisações de “não-livres”, ao mesmo tempo em que ocorriam paredes de assalariados “livres” e formavam-se solidariedades entre os movimentos sociais populares - como no caso do “apoio à causa abolicionista por parte de organizações de escravos e libertos (como irmandades negras) e mesmo de operários organizados” (MATTOS, 2008, p. 156). De acordo com M. Badaró, a nova consciência de classe, em formação na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX reintegrou em seus movimentos sociais e discursos a importância das lutas dos escravos pela liberdade, e, também, a valorização do ofício e a dignidade de ser artista (idem, p. 222-224). Neste trabalho, M. Badaró destaca “a pertinência da análise dos movimentos sociais precedentes para o adequado entendimento da reintegração dessas experiências no próprio processo de formação da classe trabalhadora” (idem, p. 142).

\*\*\*

Neste artigo tomamos como referência teórico-metodológica os estudos que o historiador Edward Palmer Thompson fez dos movimentos sociais contra a fome (conhecidos como “motins da fome”), de trabalhadores pré-industriais ingleses no século XVIII, nos quais pro-

testaram de maneira organizada homens, mulheres e crianças que, estimulados por costumes tradicionais, foram contrários à introdução de leis capitalistas no mercado tradicional de produção, consumo e distribuição do pão (THOMPSON, 1998). Isso sem querer estabelecer comparações imediatas com os movimentos sociais contra a carestia, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro nos anos em 1913 e 1917. Para Thompson, essas tradições de luta dos trabalhadores pré-industriais ingleses foram reintegradas no processo de formação da classe operária inglesa na primeira metade do século XIX.

Tendo em vista esses referenciais, acreditamos que a conquista de melhores condições de vida passa pelo acesso assegurado de uma alimentação que seja suficiente para manter o organismo humano em condições de pleno funcionamento. Nos momentos em que o custo de vida é elevado – por situações provavelmente relacionadas a crises de abastecimento e a política econômica de determinado Estado nacional -, as classes que mais padecem são as menos abastadas.

A conjuntura econômica da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1913 e 1917 foi caracterizada por surtos de aumento do custo de vida dos trabalhadores urbanos. Nesse aspecto, interessa-nos o tratamento e as respostas dadas pelo operariado, organizado no movimento operário, à carestia de vida, e, especialmente, à ameaça de fome.

Até o presente momento, analisamos alguns registros que nos possibilitam aprofundar o conhecimento disponível sobre o movimento contra a carestia de vida de 1913. E a título de exemplo e de finalização do nosso texto, podemos abordar alguns aspectos aqui. Em uma carta endereçada ao jornal *A Época*,<sup>2</sup> redigida por operários da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), podemos compreender quais eram os objetivos dos comícios contra a carestia, na perspectiva de uma das forças sociais que promoveu as manifestações. Este registro destaca o seguinte:

Ao povo em geral. Protesto e ação contra a carestia da vida. - Próximos comícios. [...] A Federação Operária do Rio de Janeiro, com as suas organizações populares interessadas em resolver este urgente problema, resolve:

- (1) Lembrar a quem competir a redução de 40% nas tarifas que afetam os gêneros de primeira necessidade.
- (2) Lembrar aos governos estaduais e municipais a redução de 40% nos gêneros de consumo.
- (3) Reclamar dos proprietários de prédios 30% de abatimento sobre os atuais aluguéis.
- (4) Sugerir o horário de oito horas de trabalho a todas as classes operárias ou trabalhadoras, incluindo empregados, etc.
- (5) Propor aos assalariados em geral a organização de uma tabela mínima de salários de acordo com as necessidades das classes assalariadas.
- (6) Propor que as mulheres percebam o mesmo salário que percebem os homens, fazendo-se uma ativa propaganda contra a exploração da infância e procedendo contra os patrões e até contra os pais que sem imperiosas necessidades mandam os seus filhos menores às bárbaras labutas do trabalho.

Rio de Janeiro, 1º de março de 1913 – Confederação Operária Brasileira – Federação Operária do Rio de Janeiro – Sindicato dos Sapateiros – Sindicato dos Carpinteiros – Sindicato de Ofícios Vários – Sindicato de Operários Marmoristas – União dos Alfaiates – União Geral dos Pintores – Phenix Caixeiral – Associação Operária Independente – S. de R. de T. Em Trapiches e Café”.<sup>3</sup>



Pela leitura dessa carta, percebemos que, além da carestia dos gêneros de primeira necessidade (como o carvão vegetal, a carne verde, o feijão, o arroz, a banha, o toucinho, a farinha de mandioca, a cebola, o leite e a carne seca) e dos salários insuficientes para o custeio das despesas básicas de sua família, os homens disputavam emprego com mulheres e crianças, que, de modo geral, recebiam salários menores e não eram sindicalizadas. Este último fator, certamente, favorecia o empresariado no controle do movimento operário.

Outro aspecto relevante para o entendimento das lutas contra a carestia se encontra nas reivindicações anotadas nesta carta, redigida em nome de dez associações operárias da Capital Federal. Elas exigiam a redução dos impostos sob os gêneros, e o reconhecimento de direitos sociais, como a jornada de trabalho de oito horas diárias, o aumento de salários para todas as classes trabalhadoras, e, também, a equiparação salarial entre homens e mulheres.

Para a conquista de tais demandas, a estratégia foi a organização de comícios de protesto. A Associação Operária Independente, sediada no populoso bairro de Vila Isabel, promoveu um comício contra a carestia, no dia 2 de março na praça 7 de Março. Nele foram oradores o educador anarquista Pedro Matera, o tipógrafo socialista Ulisses Martins, membro da Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), os sindicalistas Leal Junior e Luiz Antonio Lourenço, além de Luiz Gonzaga de Albuquerque e Joaquim de Mattos. Esteve presente nessa manifestação “enorme massa de homens, mulheres e crianças”. De acordo com *A Voz do Trabalhador*, “as manifestações dos companheiros oradores foram delirantemente aclamadas pelos concorrentes, demonstrando a sua indignação contra os causadores da miséria que assola os lares proletários”.<sup>4</sup>

Também em 2 de março a FORJ promoveu novo comício contra a carestia, na praça Pernambuco, no Engenho de Dentro.

Em 4 de março, na praça da República, um comício organizado pela FORJ foi impedido força policial.<sup>5</sup> *A Voz do Trabalhador* divulgou o seguinte sobre esse fato:

Para confirmar tudo o que temos dito a propósito das perseguições e falta de garantias constitucionais para o povo, no dia 4, às 5 horas da tarde, pelotões de cossacos, guardas-civis e policiais às ordens das autoridades superiores invadiram a praça da República, correndo a pata de cavalo numerosa concorrência de povo que ali se reunira em comício convocado pela Federação. Os que estavam presentes, diante da brutal atitude da polícia, percorreram várias ruas da cidade, em manifestação de protesto.<sup>6</sup>

Em 6 de março, na praça 15 de Novembro, a FORJ e COB promoveram um novo comício contra a carestia. Rubem Beltrão, do Partido Socialista de São Paulo,<sup>7</sup> o tipógrafo anarquista Rozendo dos Santos, o tipógrafo Cecílio Villar, também anarquista, e o operário Manoel Corrêa da Silva foram os oradores. Não obstante a intimidação, “grande número de populares, formando uma considerável multidão” os acompanharam naquela tarde.<sup>8</sup>

Manoel Corrêa da Silva falou da situação precária vivida pelos trabalhadores urbanos, e disse que “era o operário o fator principal da nossa riqueza; os palácios, as avenidas, todas as grandezas dele saíam e, no entanto, o povo, o operário, morria de fome”. Ele observou: “há

prisões para nós, pobres operários, a polícia nos conhece e sabe perseguir-nos, por que não haverá, senhores, cárcere e deportamento também para os ‘trustmen’, os especuladores e ladrões do proletariado e das classes médias?”.<sup>9</sup> Essa fala de Manoel Corrêa da Silva tem relação com o fato da polícia da Capital Federal ter manifesto interesse de utilizar a terrível lei de expulsão de estrangeiros para ameaçar e punir os oradores das manifestações contra a carestia. Após esse comício, Manoel Corrêa da Silva foi preso por um agente da 3ª Delegacia Auxiliar quando estava a caminho da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café. Na cadeia ele ficou detido durante três dias, sem alimentação. Ao passar mal na sela a assistência médica foi chamada para prestar socorro.<sup>10</sup>

Após o comício na praça 15 de Novembro, a polícia agiu de modo especialmente violento. Com o aval do delegado Eulálio Monteiro, após o comício, Isolino José dos Santos foi ferido gravemente, na rua Uruguaiana, pelo tiro do soldado Julio de Barros, que o atacou covardemente. Ele não resistiu. O soldado que disparou o tiro foi preso.<sup>11</sup> Dispomos de mais detalhes sobre esse incidente:

Momentos depois, quando a polícia notou que os grupos já eram pouco numerosos, arremeteu contra eles perseguindo-os de sabre e revólver em punho várias ruas da cidade matando um operário e ferindo outros companheiros. O movimento de justa reclamação de pão e liberdade recebeu o seu batismo de sangue.<sup>12</sup>

Em 8 de março, na Praça Mauá, a FORJ organizou novo comício contra a carestia de vida.<sup>13</sup> Foram oradores Cecílio Villar, Ulisses Martins, Rozendo dos Santos, o operário Manoel Corrêa da Silva, João Crispim, e o sapateiro e membro da CBT Caralampio Trillas. Ao final do *meeting* (encontro público de protesto que tem como ápice a realização de comício ou passeata), os operários seguiram em passeata até a sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, onde falaram outros oradores.<sup>14</sup>

No Dia 9 de março, ocorreram nada menos que três comícios contra a carestia na Capital Federal. A Sociedade Fraternidade e Progresso promoveu uma manifestação na Gávea, onde foram oradores o anarquista Pedro Matera, o operário Vicente Nunes Ferreira, e Honório de Figueiredo. No Jardim da Locomoção, no Engenho de Dentro, a FORJ organizou um comício que teve como oradores Candido Costa, Célio de Brito e os sindicalistas Antonio Moreira e Leal Junior. Além disso, a Federação promoveu outro *meeting*, no mesmo dia, no Largo do Catumbi, em que foram oradores Antonio Moreira e Cecílio Villar, nesse último a polícia foi vaiada pelos presentes, por tentar intimidá-los.<sup>15</sup>

Esses poucos registros expõem o papel relevante desempenhado pelas lutas contra a carestia na retomada do movimento operário carioca em 1913, tal como foi apresentado pela historiografia do movimento operário supracitada, particularmente, as análises feitas sobre os movimentos sociais contra a carestia de vida constituem para nossa pesquisa importantes referências. Por isso, o ponto de partida mais coerente, neste momento, foi organizar esse breve balanço historiográfico.

## Referências Bibliográficas

- BATALHA, Cláudio H. M. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. **Ciências Sociais Hoje**, 1990, São Paulo: Vértice / Editora dos Tribunais, p. 117-127, 1990.
- \_\_\_\_\_. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos César (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.
- FICO, Carlos. **Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978 (2 vols.)
- LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myrian. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Experiências comuns**. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2008.
- RODRIGUES, Edgar. **Nacionalismo e cultura social (Apontamentos históricos trabalhistas, 1913-1922)**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## Notas

- 1 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP).
- 2 Jornal diário publicado na cidade do Rio de Janeiro. Nele há uma “Coluna Operária”, sob responsabilidade do operário socialista Mariano Garcia, que divulgava assuntos de interesse do operariado, como convocações, datas de reuniões e assembleias, informativos de greves e manifestações sociais.
- 3 *A Época*. Rio de Janeiro, 02/03/1913, p. 5 e 6.
- 4 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15/03/1913, p. 1
- 5 *A Época*. Rio de Janeiro, 04/03/1913, p. 1.
- 6 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15/03/1913, p. 1
- 7 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07/03/1913, p. 3.
- 8 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07/03/1913, p. 3.
- 9 *Idem*.
- 10 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12/03/1913, p. 3.
- 11 *Idem*.
- 12 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15/03/1913, p. 3.
- 13 *A Época*. Rio de Janeiro, 09/03/1913, p. 5.
- 14 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15/03/1913, p. 1.
- 15 *Idem*.